



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, o seguinte artigo:

(...)

“Art. XXX Fica prorrogado por 6 (seis) meses o pagamento das parcelas de obrigações financeiras de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento, sem incidência de juros e multa, para as empresas que sejam comprovadamente afetadas por medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América especificamente contra produtos brasileiros.”

(...)

JUSTIFICAÇÃO

A prorrogação, por seis meses, das parcelas de obrigações financeiras relativas a financiamentos contratados junto a bancos públicos e de desenvolvimento, sem a incidência de juros e multa, constitui medida necessária para atenuar os efeitos econômicos das medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos brasileiros.

O objetivo é oferecer às empresas exportadoras atingidas um período de alívio financeiro que possibilite reorganizar o fluxo de caixa, recompor capital de giro e preservar sua capacidade produtiva. Ao eliminar encargos adicionais nesse período de prorrogação, a iniciativa evita que dificuldades momentâneas se transformem em inadimplência permanente, o que poderia comprometer empregos, investimentos e a manutenção da competitividade internacional.



A medida também se justifica pela relevância estratégica do setor exportador para a economia brasileira. A postergação temporária das obrigações contribui para preservar a confiança dos agentes econômicos, fortalece a continuidade das operações e sinaliza o compromisso do Estado em apoiar as empresas nacionais diante de circunstâncias externas excepcionais e imprevisíveis.

Dessa forma, a providência equilibra o interesse público de proteção da economia nacional com a responsabilidade fiscal, ao mesmo tempo em que assegura às empresas condições mais favoráveis para enfrentar e superar os impactos das barreiras comerciais impostas.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

